



3 ANOS DE LUTA POR REPARAÇÃO E JUSTIÇA

MEMÓRIA

Familiares de vítimas fatais lutam por justiça

Pág. 03

PROGRAMA DE RENDA

Canal de comunicação é criado pela FGV

Pág. 04

PLANO DE ATUAÇÃO

Movimentos sociais apontam os desafios para 2022

Pág. 07

Três anos do rompimento e os rumos da reparação integral

Nestes 3 anos do desastre houve uma intensa auto-organização da população atingida para estar informada e participar dos rumos da reparação.

A Aedas Paraopeba acompanha 138 comunidades, sendo 76 na região 1-Brumadinho e, 62 na região 2-Mário Campos, Betim, Juatuba, São Joaquim de Bicas e Igarapé. Acompanhamos, ainda 4 quilombos em Brumadinho e 36 unidades territoriais tradicionais (UTTs) de povos e comunidades de tradição religiosa ancestral de matriz africana. Cerca de 40 mil pessoas atingidas foram atendidas, cerca de metade já estão registradas (19 mil).

“
A enchente
ampliou o número
de pessoas
atingidas

Cerca de 23 mil pessoas ainda aguardam a regularização do recebimento do

pagamento mensal, incluindo bloqueados, atrasados e suspensos, sendo 6 mil casos em Brumadinho e 17 mil na região 2.

Foram registradas demandas de atendimento nos programas emergenciais da Vale. Em relação à água para beber e outros usos, foram registrados 119 pedidos em Brumadinho e 1.797 na região 2, no mês de dezembro de 2021. A demanda por alimentação e dessedentação animal foi de 32 famílias em Brumadinho e 48 na região 2.

Os relatos nos territórios atingidos é de que a enchente ampliou o número de pessoas atingidas e da área inundada, a lama de minério está novamente dentro das casas. As pessoas estão buscando orientações sobre os riscos da contaminação e de saúde. Já podemos observar o agravamento das situações de vulnerabilidade e aprofundamento da desigualdade.

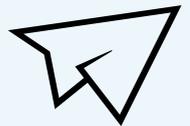
No momento, a tarefa é fortalecer a solidariedade com as pessoas atingidas pela enchente e a defesa do processo coletivo com matriz de danos.

Rurian Valentino/Aedas



A participação informada é fundamental para a reparação dos danos causados pelo rompimento

Conheça a Aedas



A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) foi criada em 2000 e pratica a defesa do ser humano e do meio ambiente. Consolidamos em nossa história uma equipe de elevada capacidade técnica e experiente em trabalhos comunitários. Em sua atuação de Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas na Região 1 (Brumadinho) e Região 2 (Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas) da Bacia do Paraopeba, a Aedas realiza dois trabalhos principais. O primeiro é a execução de estudos e processos participativos nos quais as pessoas atingidas têm acesso à informação sobre o processo de reparação e podem discutir seus danos. O segundo consiste em informar, levantar e discutir as propostas das pessoas atingidas sobre a melhor maneira de reparar os prejuízos sofridos, também construindo sínteses e documentos.


AedAs

Participe

www.aedasmg.org/paraopeba

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Aedas
WhatsApp Aedas Paraopeba
Brumadinho - Região 1
Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, São Joaquim de Bicas - Região 2

atingidosparaopeba1@aedasmg.org
atingidosparaopeba2@aedasmg.org

www.aedasmg.org
(31) 9 9840-1487

Aedas - Coordenação Estadual: Cauê Melo, Heiza Maria Dias, Jéssica Barbosa e Luis Henrique Shikasho | Aedas Paraopeba - Coordenação Geral de Projeto: Ísis Táboas e Luiz Ribas
Coordenação Territorial: Lucas Vieira Barros e Vanderlei Martini | Coordenação de Comunicação: Diva Braga e Marcos Barbosa. | Equipe de Comunicação: Aleff Rodrigues, Bruna Torres, Jaqueline dos Santos, Lucas Jerônimo, Rafael Donizete, Rurian Valentino, Valmir Macêdo, Wagner Túlio Paulino.

Este material foi elaborado com contribuições de todos integrantes da equipe técnica multidisciplinar nas Regiões 1 e 2 de atuação da Aedas Tiragem: 16 mil exemplares



VOZES DA GENTE

acervo da família de Lecilda



O rompimento da barragem da Vale em Brumadinho chocou o Brasil e o mundo ao tirar a vida de 272 pessoas no dia 25 de janeiro de 2019. Nesta edição, o Vozes da Gente traz depoimentos de familiares de vítimas fatais que passaram anos na busca por seus familiares. Natália de Oliveira é uma delas, sua irmã, Lecilda de Oliveira, foi encontrada no final do ano passado, quase três anos após o rompimento. Seis pessoas ainda não foram encontradas.

Aedas presta solidariedade

Os familiares de vítimas fatais construíram, reunidos por sua dor e pela luta por justiça, um sentimento de comunidade. Após três anos do rompimento, muitos continuam vivendo um processo de luto doloroso e se organizam em prol de terem seus direitos reconhecidos e sua dor respeitada. Por meio dos espaços participativos, a Aedas acompanha a sua organização enquanto comunidade.

A Aedas normalmente realiza o acompanhamento dos atingidos e atingidas por território de acordo com os seus bairros, contudo, com os familiares a luta pelo seu reconhecimento enquanto comunidade não tem o território como elo, mas sim o processo que viveram coletivamente com a perda de entes queridos.

Uma conquista que a Aedas acompanha junto aos familiares de vítimas fatais é a inclusão destes no Programa de Transferência de Renda (PTR) enquanto comunidade. A inclusão dos familiares que residem fora de Brumadinho ainda não teve início e é uma das grandes reivindicações do grupo.

A grande luta dos familiares de vítimas fatais é por justiça, principalmente pela responsabilização daqueles que lhes causaram tamanha dor e pela busca das seis joias ainda não encontradas. A AEDAS se solidariza com a pauta dos familiares e continua trabalhando pela reparação integral e pelo respeito aos direitos destas famílias.

“ Cada pessoa atingida diretamente por essa tragédia-crime sabe falar onde estava e o que estava fazendo naquela sexta-feira, 12h28, que jamais conseguiremos esquecer.

Não é fácil para nós familiares. Cada velório, cada vítima sepultada e velada aqui nesta cidade, a gente revive a dor. A sensação que eu tive, quando eu recebi a ligação do IML, é a que todo mundo passou por ela, é a ligação que você espera com tanta vontade que aconteça para que você consiga iniciar esse ciclo do luto. E quando ela chega, ela te leva para um outro patamar, a sensação é que o dia 25 de janeiro de 2019 tava ali, minha irmã tinha morrido, minha irmã tinha sido encontrada e minha irmã finalmente ia poder voltar pra casa.

Hoje temos seis joias, seis amores de alguém, seis pessoas que ainda saíram dessa lista. E essa lista vai terminar, se Deus quiser, o mais rápido possível para que todos possam passar por esse processo doloroso, mas necessário. Dando de volta para as famílias um pouquinho de dignidade em meio a essa tragédia que os 3 anos traz novamente para nossas vidas.

Nossa missão só termina quando todos forem encontrados.

Natália de Oliveira

Irmã de Lecilda de Oliveira e membro da Comissão dos Não Encontrados

“ A Comissão dos Não Encontrados começou por familiares que buscavam por informações de suas joias através dos trabalhos de busca realizados pelo Corpo de Bombeiros. Ficamos por muito tempo em busca das 11 joias, enfrentamos vários obstáculos, não desistimos. Com o trabalho de todos os envolvidos, direta ou indiretamente foi possível encontrar cinco joias em 2021: Renato Eustáquio, Juliana Rezende, Uberlândio Antônio, Angelita de Assis e Lecilda de Oliveira. Assim como encontraremos as 6 joias pelas quais buscamos: Cristiane Campos, Luis Felipe Alves, Maria de Lurdes da Costa, Nathalia Porto, Tiago Mendes e Olimpio Gomes. Todas as famílias precisam ter esse alento, para que possam iniciar seu processo de luto. Continuamos firmes em nossa missão. Gratidão a todos que nos apoiam, continuem as orações. Encontraremos todas as joias.

Josiana Rezende

Irmã de Juliana Rezende e membro da Comissão dos Não Encontrados

TRÊS ANOS DE ROMPIMENTO: POPULAÇÃO ATINGIDA REVIVE TRAUMAS E A LAMA DENTRO DE CASA

Bruna Torres

“A lama que não chegou para nós antes, no ‘desabamento da barragem’, chegou agora com essas chuvas”, desabafou Marcia dos Anjos, moradora de Brumadinho, enquanto seus pés estavam envolvidos do que ficou dentro de casa após a cheia do Rio Paraopeba nesse mês de janeiro.

Nos últimos dias, beirando a data que marca os três anos do rompimento da barragem da empresa Vale S.A., a população de Brumadinho e de outras cidades que vivem às margens da Bacia do Paraopeba, como Betim, Mario Campos, São Joaquim de Bicas e Juatuba, enfrentam um “novo rompimento”. Dessa vez, a cheia da água trouxe, de maneira muito latente, de volta as memórias da lama dentro das casas e das ruas, junto com os rejeitos da mineração e uma água com teores acima do permitido de metais pesados.

Desde o dia 25 de janeiro de

“
Uma rede de solidariedade e apoio mútuo se formou



Lama toma conta das ruas de Brumadinho e expõe população a vulnerabilidade. Rejeitos estão contaminados de metais pesados acima do normal

2019, a luta das famílias atingidas é diária. Com as chuvas deste mês, os danos causados pelo desastre se agravaram muito, conforme apontam as comissões de atingidos e atingidas em demanda encaminhada à Vale.

Ao retornar às casas e regiões, que por dias estiveram invadidas pelas águas, lamas nas rodovias e interdição no asfalto, as pessoas ficaram e estão expostas aos riscos à vida e à saúde. Os problemas enfrentados no retorno são águas contaminadas, lixo acumulado nas avenidas, animais mortos em exposição, o abastecimento de água potável comprometido, doenças, principalmente de pele e respiratórias, casas com

estruturas prejudicadas, avarias e as encostas frágeis.

Em meio a esse cenário distópico, uma rede de solidariedade e apoio mútuo se formou e vem ajudando a reduzir os riscos e prejuízos desse momento de repetição do trauma vivido com o rompimento.

DANOS

O desastre socio-tecnológico, como chamam os especialistas, em Brumadinho, gerou danos que se expressam continuamente e com efeitos progressivos e prejudiciais às pessoas, ao meio ambiente e à economia.

Os exemplos são a exposição permanente a elementos con-



Aicó Culturas/Aedas

taminados, como água e ar, que causam doenças respiratórias e de pele, bem como a exposição recorrente aos traumas do evento que tem provocado doenças psicológicas, como depressão e ansiedade.

Para mantimento da dignidade, as pessoas precisam ter acesso a energia elétrica, telefonia, internet, e a condições mínimas



Aicó Culturas/Aedas

Helio Dutra

“
A Matriz de Danos final deve ficar pronta no final de 2022

de saúde do ponto de vista físico e mental, entre outras questões, para poder participar efetivamente das ações de reparação desses danos.

Para dimensionar a contaminação, um estudo realizado em 2020 pela ONG “SOS Mata Atlântica” demonstrou a presença de metais pesados em alta quantidade nas águas contaminadas do rio Paraopeba. Foi encontrado cobre 44 vezes mais que o permitido, manganês 14 vezes acima do permitido e ferro 15 vezes acima do limite.

Nesse sentido, a Aedas tem reunido relatos de pessoas atingidas em um documento central, chamado Matriz de Reconhecimento de Danos. Essa identificação na Bacia do Paraopeba vai servir de base para negociações na justiça, permitindo à pessoa atingida ou à família fazer a soma geral dos seus valores de indenização.

Uma Matriz Prévia deve ser apresentada no primeiro período deste ano, ela vai apresentar todos os danos que já foram levantados nesses dois anos de

assessoria da Aedas junto às pessoas atingidas. Essa matriz inicial deve ser apresentada às comunidades para sua validação e inclusão de novos aspectos. A Matriz de Danos final deve ficar pronta no final de 2022, após um processo de muito diálogo entre a assessoria e as comunidades.

tomada de decisões depois da celebração do acordo, como a consulta sobre critérios do Programa de Transferência de Renda e dos projetos de reparação para os municípios, estimulados pelo anexo 1.1 do acordo.

O QUE DIZ A LEI?

AUTO-ORGANIZAÇÃO

Aicó Culturas/Aedas



Encontro de lideranças do Paraopeba aponta novas lutas para 2022

Em janeiro de 2021, a lei estadual que instala a Política Estadual dos Atingidos por Barragens (PEAB) foi aprovada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que, embora seja uma conquista importante, ainda precisa de regulamentação sobre os direitos das pessoas atingidas. Milhares de famílias que vivem ao redor dessas barragem seguem temendo que o pior aconteça.

No último dia 19, o Ministério Público de MG e o governo do Estado solicitaram que 18 barragens, das 31 que foram avaliadas, passassem por intervenção preventiva por apresentarem situação de emergência. Todas são estruturas da Vale.

Na tentativa de diminuir os riscos iminentes de desabamento, outra lei foi aprovada determinando a descaracterização de barragens construídas a montante. O prazo final para conclusão desse processo é fevereiro deste ano, mas até o momento, somente cinco foram desativadas e a Vale diz que só concluirá o processo em 2035.

2022 inicia com atualizações sobre o Programa de Transferência de Renda (PTR)

Jaqueline dos Santos

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) lançou no dia 17 de janeiro, o Canal do PTR por meio de atendimento telefônico, através do número 0800 032 8022. Essa era uma demanda que as pessoas atingidas já tinham apresentado. Através desse canal, é possível consultar informações sobre pagamento, como alterar dados. O horário de atendimento é de segunda a sábado, das 8h às 20h, exceto feriados.

Outro fato recente relativo ao PTR é que, devido às fortes chuvas que caíram em várias cidades de MG, e a pedido das Comissões de Atingidos e Atingidas, houve a abertura de diálogo com as Instituições de Justiça (IJs), através de ofício, onde foi solicitado que houvesse o adiantamento de parcelas do pagamento mensal do programa de transferência de renda.

Em reunião realizada em BH, com integrantes da DPMG e do MPMG, foi confirmado o adiantamento de duas parcelas para as pessoas que já recebem o pagamento, a fim de contribuir com a diminuição da crise que as enchentes causaram em diversas regiões. Nos meses seguintes, o dinheiro será depositado normalmente nas contas.

“

Confirmou o adiantamento de duas parcelas

Apesar de estar com o pagamento bloqueado há mais de um ano, Roseane Alves, moradora da comunidade do Brejo, em Igarapé, contou que ficou muito feliz com o adiantamento das parcelas, pois as chuvas causaram estragos



Aicó Culturais/Aedas

Antecipação do PTR vem como medida para dar suporte às famílias atingidas durante o período de fortes chuvas

muito grandes e muitas pessoas não teriam como lidar com mais essa crise. Sobre o canal de atendimento através do 0800, Roseane declarou: "eu quero parabenizar a equipe, pois fui atendida por uma pessoa muito atenciosa, gentil e paciente que me explicou tudo direitinho, me ouviu e me entendeu. Foi um atendimento muito bom.", finalizou.

A inclusão de novas pessoas no cadastro do PTR, é uma reivindicação anterior à situação agravada pelas enchentes. A FGV irá incluir no Programa de Transferência de Renda (PTR), todas e todos os familiares de vítimas fatais

reconhecidos pelo Núcleo do Ministério Público, a previsão é de que o cadastramento comece em fevereiro pela Fundação e pela Avabrum.

Essa conquista reforça que com organização coletiva e luta, as reivindicações ganham mais força e promovem mudanças significativas no cotidiano. A Aedas permanece no acompanhamento, acolhendo e encaminhando as demandas apresentadas pelas pessoas atingidas a fim de contribuir para a construção da reparação integral justa e que dialogue diretamente com os interesses das famílias e do território.



Chuvas e risco à saúde



Aicó Culturais/Aedas

As fortes chuvas ocorridas neste janeiro têm agravado os riscos à saúde das comunidades atingidas. Além dos transtornos já conhecidos em situações de chuvas e inundações, a ocorrência anterior do rompimento da barragem eleva o grau de preocupação e faz-se necessário ações específicas e acesso a informações sobre as medidas emergenciais que podem ser realizadas para reduzir os danos causados às pessoas

atingidas e ao território. O Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) atestou que as águas do Rio Paraopeba não são apropriadas para uso e consumo, devido à presença de contaminantes dos rejeitos de mineração. Caso você, pessoa atingida que teve contato com a água e lama das últimas enchentes, sinta qualquer mal-estar, coceira ou outro sintoma procure a Unidade de Saúde mais próxima de sua casa para ter atendimento.

Plano de Recuperação e Desenvolvimento prevê R\$ 3 bi para projetos na Bacia do Paraopeba

ASCOM AEDAS



Assessorias Técnicas e Movimentos Sociais cobram celeridade das instituições de Justiça inclusão e desbloqueio de novos cadastros ao PTR.

Bruna Torres

“A reparação ambiental faz parte da vida humana, interfere na saúde, na água e na produção dos alimentos na Bacia do Paraopeba”, comenta Joelísia Feitosa, integrante do Movimento Atingidos por Barragens (MAB) e moradora de Satélite, em Juatuba, uma das cidades em situação de emergência com a cheia da Bacia do Paraopeba. Com o volume de chuvas, Joelísia conta que as pessoas de sua vizinhança estão abandonadas e entregues à sorte.

Com o objetivo de construir um plano popular, os movimentos, junto às lideranças do Paraopeba, têm discutido premissas para a implementação do Plano de Recuperação e Desenvolvimento, que garante o direito à participação dos atingidos no chamado Anexo 1.1 do acordo, que prevê 3 bilhões de reais para a realização de projetos na bacia - R\$1 bi para

“
Precisamos fazer chegar esse direito a todas as pessoas que estão precisando

criação de crédito e microcréditos e R\$2 bi para projetos coletivos. Essas demandas se tornaram mais urgentes com os últimos danos trazidos pela chuva.

A efetivação do plano reuniu as seguintes condições: participação organizada dos atingidos em todas as decisões, desde a concepção do eixo (Anexo 1.1) até a sua implementação; discussão coletiva da governança que vai gerir o recurso; e reuniões regulares para o debate de todos os pontos do Anexo.

Além disso, o projeto também prevê que a organização contemple outras

questões, como as pautas da reparação ambiental, garantia do direito individual dos atingidos e a punição da empresa para que novos rompimentos não se repitam.

“Esse passo é importante porque nós temos muita luta para alcançar a reparação integral, que é o direito que

os atingidos e atingidas têm, passando pela punição da empresa, pela garantia e qualidade do direito individual dos atingidos, pela Matriz de Danos adequada e pela participação e possibilidade de decisão das pessoas atingidas sobre os recursos de R\$ 3 bilhões”, reforça.

PTR (Programa de Transferência de Renda

Ainda na tentativa de diminuir os estragos causados pela lama e contaminação da água das últimas semanas, as Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) e Movimentos Sociais, como o MAB, MAM E MST, estão na luta pela adição de novos cadastros ao Programa de Transferência de Renda (PTR).

Durante uma coletiva de imprensa realizada entre essas entidades, o promotor de justiça André Sperling revelou que devido à situação delicada vivenciada pelas comunidades da bacia do Paraopeba, existe um compromisso por parte das Instituições de Justiça em adiantar o mais rápido possível o processo de desbloqueio e inclusão, para que essas pessoas passem a receber o auxílio do PTR.

“Para isso, a gente pretende construir uma pauta junto com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que é responsável pelo PTR, além dos movimentos sociais e das Assessorias Técnicas Independentes para que possamos, em conjunto, fazer isso o mais rápido possível. Precisamos fazer chegar esse direito a todas as pessoas que estão precisando, e agora muito mais em função dessa calamidade pública que se abateu em Minas Gerais”, disse, durante a reunião.

Segundo Sperling, o montante calculado é de que os 30 mil bloqueados e em torno de 50 mil novas pessoas nestas situações sejam incluídas no programa, mas ainda não há uma data para que isso aconteça. Ou seja, ATIs e movimentos sociais seguirão com muita luta e pressão para que esse processo aconteça o mais rápido possível.

Para Joceli Andrioli, da coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), “é fundamental anunciar que essa pauta é construída coletivamente com os movimentos sociais da bacia do Paraopeba para esse momento em que se agravam as enchentes e o crime que a Vale cometeu”, afirma.

O POVO AINDA LUTA

E você pode ajudar!

**As famílias atingidas pelas enchentes precisam da sua solidariedade para reconstruir suas vidas!
Doe roupas, alimentos, ferramentas, materias de construção e reparo.**

Pontos de Doação

Escritórios da Aedas

Betim:

Av. JK , 700 – Centro

Belo Horizonte:

Rua Espinosa, 196 – Bonfim

**De segunda a quinta de 8h à 18h
sexta de 8h às 17h**

Doações Financeiras

**Associação Nacional dos Atingidos por
Barragens (ANAB)**

Bancos do Brasil - Ag. 1230-0

Conta Corrente: 118806-2

Pix: CNPJ > 73.316.457/0001-83

Providens Ação Arquidiocesana Social

Banco Santander - Ag. 3476

Conta corrente: 13077880-2

CNPJ: 17.272.998/0001-86

Vicariato para Ação Social

Banco do Brasil - Ag. 3494-0

Conta corrente: 26227-7

CNPJ: 17.505.249/0280-80